

INTRODUÇÃO

Antes de iniciarmos a apresentação dos artigos que constam deste último fascículo do volume 35 (2018), queremos anunciar aos nossos leitores e colaboradores importante alteração na sistemática do periódico. A partir do próximo volume, o 36, serão implementadas modificações, todas elas muito importantes para você, leitor e autor.

Com essa transformação, entre outros desideratos, buscamos assegurar ainda mais a alta qualidade dos artigos recebidos; realizar, eficaz e eficientemente, melhorias como diminuição do tempo médio entre a submissão dos artigos e seu aceite, assim como entre submissão e publicação; além de colocar esforços no aprimoramento da tarefa de oferecer aos autores sugestões eficazes de melhora do manuscrito. Todas as transformações planejadas buscam, num horizonte de médio prazo, facilitar o cadastramento dos CC&T nas principais bases de dados internacionais. Daqui para frente – e de forma crescente –, maior atenção será dada aos indicadores de qualidade da revista.

No que diz respeito às inovações editoriais online, fortemente incentivadas pelas práticas, entre outras, da *Scientific Electronic Library* (SciELO) e da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), a revista assumirá integralmente a característica de publicação contínua. Do volume 36 em diante, tão logo um artigo esteja apto a ser publicado, isso ocorrerá de imediato.

Para a publicação dos novos fascículos, não mais haverá espera para que todas as contribuições estejam consolidadas (com revisões e correções efetuadas). A numeração das páginas será independente da do artigo precedente, problema que sempre dificultou e retardou a diagramação dos fascículos anteriores.

Nessa nova feição dos CC&T – como publicação contínua –, essa dificuldade fica completamente superada. Uma vez diagramado, o trabalho será imediatamente publicado. Por isso mesmo, a forma tradicional de paginação (e de citação dos artigos) que vimos utilizando por todos esses anos será modificada. O novo identificador de página dos artigos, conhecido como *elocation-id*, permitirá que um trabalho pronto – como anteriormente assinalado – possa ser publicado de imediato, podendo, daí por diante, ser lido e citado

pelos pares. A própria revista deixará de ser citada na forma tradicional: ano, volume (número do fascículo), com páginas inicial e final.

Com estas novidades, o modo de gerir os trabalhos internos e a publicação dos artigos será alterado, buscando o aprimoramento do gerenciamento da tramitação e da publicação digital dos manuscritos. Essa tramitação será inteiramente realizada via procedimentos do *Open Journal System* (OJS/SEER) que é um software livre de código aberto, desenvolvido pela *Public Knowledge Project* (PKP), organização sem fins lucrativos, criada em 1998 por John Willinsky, membro da Faculdade de Educação, da Universidade de British Columbia, instituição pública de ensino localizada na Província de Colúmbia Britânica, no Canadá. De lá para cá, o PKP tem se expandido internacionalmente, com o suporte inicial da Stanford University e da Simon Fraser University Library.

Para o editor, esse software OJS racionaliza e agiliza a gestão das suas responsabilidades, facilitando o gerenciamento online. No caso, para a gestão da publicação, os CC&T utilizam o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), que, por razões as mais diferentes, vem sendo apenas parcialmente aplicado nesta revista.

Com esses aprimoramentos e melhorias na gestão do periódico, os reflexos esperados são inúmeros. Haverá ampliação do número de artigos publicados e, como enfatizado, clara diminuição de tempo entre o recebimento dos artigos e a sua publicação. Essa característica é imprescindível para a aceleração da caminhada entre a obtenção dos resultados de pesquisa por parte do pesquisador e a disponibilidade do seu artigo, com a divulgação dos resultados alcançados aos estudiosos em geral.

Uma das vantagens mais visíveis será exatamente esse aceleração do processo de comunicação das pesquisas e dos ensaios teórico-metodológicos, que chegam a nós, com o público especializado, os nossos leitores. Reenfatizando: tão logo o artigo recebido passe pelos processos internos, que buscam assegurar a alta qualidade dos manuscritos (pré-seleção, revisão dos assessores científicos, retornos aos autores para o aprimoramento/esclarecimento de pontos específicos, revisão e aprovação do editor, revisão vernacular, normalização bibliográfica e diagramação), este será imediatamente publicado.

Cada trabalho publicado num determinado volume terá um identificador eletrônico, conhecido como número DOI (*digital object identifier* – em português, identificador de objeto digital), o que ocorrerá em 2019. Esse número DOI, de fato um padrão para identificação de documentos em redes digitais, foi idealizado pela International DOI Foundation, uma organização sem fins lucrativos que se constitui na autoridade de registro, ofertando serviços e registro do indicador de objeto digital (DOI) compatíveis com os padrões ISO (ISO 26324) para todo o sistema DOI. Para os trabalhos científicos publicados nos CC&T, o número DOI garantirá ao artigo (objeto digital) uma identificação de forma única e persistente no ambiente Web.

São rotas de transformação que tornarão a revista mais compatível com a forma digital de publicação contemporânea. Aos poucos, iremos, todos, nos habituando com essa nova e dinâmica sistemática.

* * *

Entremos na breve apresentação dos conteúdos que marcam a característica diversificada dos artigos desta última edição de 2018.

Escrito por Everaldo de França e Alexandre Guimarães Vasconcelos, o primeiro artigo deste número 3, volume 35, recebeu o título **Patentes de fitoterápicos no Brasil: uma análise do andamento dos pedidos no período de 1995–2017**. O tema é dos mais relevantes para o desenvolvimento científico-tecnológico brasileiro, abordando campo bem específico da vasta área das patentes, no caso o dos fitoterápicos. O trabalho não se circunscreve apenas à tramitação burocrática dos pedidos das patentes, já em si uma grande questão, principalmente quando se analisam os casos de sucesso e de denegação existentes no processo de patenteamento dentro de determinado período. Os autores discutem também a interconexão relevante entre patentes e mercado, com seus limites e oportunidades. Vale a pena acompanhar a análise e entender as razões do sofrível desempenho de obtenção de patentes dos depositantes nacionais no campo dos biofármacos e dos bioprodutos inovadores, mais especificamente dos fitoterápicos.

O trabalho que se segue – **Inovação organizacional, sistema tecnológico de inovação e cadeia produtiva do leite: tríade convergente?** – é de autoria de Jamir Rauta, Jean Philippe Palma Revillion e César Augustus Winck. O ensaio consiste no exame e análise de escritos depositados em bases de dados

de periódicos (*Scopus*, *Web Of Science* e Periódicos Nacionais). A intenção foi a de fundar elementos que possam vir a produzir efeitos dinamizadores na cadeia produtiva do leite. Em argumentação coerente, os autores mostram que a inovação organizacional e o sistema de inovação tecnológica são conceitos convergentes. Na prática, não só atuam em conjunto como se complementam na viabilização e suporte de uma cultura de inovação.

No artigo **Feijão-fava e a agricultura familiar de Serraria, PB**, Gustavo José Barbosa e Nair Helena Castro Arriel fazem uma avaliação da produção do feijão-fava (*Phaseolus lunatus* L.), item auxiliar e tradicional na dieta alimentar das populações rurais da região Nordeste. Esse feijão, popularmente também conhecido como fava, feijão-de-lima, fava-lima e fava rajada, tem a Paraíba como principal estado produtor – e onde atinge os maiores índices de produtividade. Os autores concentraram seu foco de pesquisa no município de Serraria, mais precisamente em 30 Unidades Familiares de Produção (UFP), distribuídas em 10 comunidades rurais tradicionais. Na pesquisa foram identificadas práticas relevantes, como a conservação de sementes para o plantio da safra seguinte, assegurando a conservação desse importante recurso genético.

O sistema integrado de produção de alimentos para a agricultura familiar, utilizado pela Embrapa Cocais, ficou conhecido como “Sisteminha Embrapa”. Nele, há a recomendação para que ocorra a integração da produção animal com a vegetal nas pequenas áreas de agricultura familiar. Os autores desse quarto artigo do presente fascículo – João Flávio Bomfim Gomes, Marcos Miranda Toledo e Renata da Silva Bomfim Gomes – reportam um estudo de caso. O trabalho foi intitulado de **O “Sisteminha Embrapa” e a rentabilidade, resiliência e sustentabilidade de agroecossistemas familiares: estudo de caso no território da cidadania dos Cocais, Maranhão**. No ensaio, os autores fazem uma análise sistemática daquela experiência, em que ganhos são apresentados – entre estes, a diversidade de alimentos (em muitos casos a piscicultura foi incluída no sistema de produção) e os ganhos financeiros.

Na sequência, vem o trabalho assinado por Rafael Casseli Furtado, Lucimar Santiago de Abreu e André Tosi Furtado, **Sistemas agroflorestais e agroecologia: a experiência de agricultores familiares da Cooperativa entre Serras e Águas, Bragança Paulista (SP)**. Sob o que denominam de perspectiva agroecológica, o objetivo dos autores é analisar as implicações práticas de um caso de aplicação do Projeto de Desenvolvimento Rural

Sustentável, caracterizando os obstáculos, os desafios e os avanços, tudo isso sem deixar de oferecer recomendações para o aperfeiçoamento das práticas envolvidas naquele projeto. A análise e observações críticas apresentadas se assentaram numa postura metodológica que, além da revisão bibliográfica, se utilizou de entrevistas semiestruturadas e observação participante. Um dos aspectos criticados do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável foi a desvinculação dos conceitos e práticas da agroecologia na concepção e implantação dos sistemas agroflorestais. Mas, como se poderá ver, a contribuição do artigo vai além disso.

Entre o discurso do reconhecimento e a prática da intervenção: a PNATER como mecanismo de justiça social para a agricultura familiar é artigo escrito por Cleiton Silva Ferreira Milagres, Alex Pizzio, Diego Neves de Sousa, Waldecy Rodrigues e Airton Cardoso Cançado. O trabalho trata da relação entre a atividade de intervenção social e as técnicas participativas que buscam dar suporte à matriz agroecológica, em que se reconhecem os agricultores familiares como atores centrais da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). O artigo intenta destacar reflexões úteis ao processo de intervenção social no campo, além de reconhecer a categoria da agricultura familiar.

A contribuição seguinte, **Caracterização físico-química de farinha de resíduos da indústria do vinho da Serra Gaúcha**, de autoria de José F. Kruger, Daiane Simonaggio, Natália L. Kist e Wolmir J. Böckel, apresenta resultados de pesquisa sobre os diferentes tipos de resíduos presentes no bagaço gerado pela intensa produção de derivados de uva, que aumenta anualmente. Os autores procuram mostrar que a reutilização desse bagaço pode ser uma alternativa para o desenvolvimento de novos produtos nutricionais. Importante objetivo do trabalho foi a avaliação da proteína, da fibra, do teor de umidade, da matéria mineral, dos metais e dos compostos polifenólicos em farinhas processadas. As amostras do bagaço foram coletadas de cinco vinícolas da Serra Gaúcha. Certamente, devido ao cultivo, ao clima e às condições de solo, variações significativas foram encontradas para ferro, manganês, cobre, cálcio e potássio entre as variedades coletadas nas diferentes vinícolas.

Análise da inserção da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o último artigo deste número dos CC&T. Escrito por Wagner Roberto Pereira, Douglas José Marques e Hudson Carvalho

Bianchini, o estudo foca na verificação da eficácia da aplicação da Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar. Lembram os autores que o Artigo 13 dessa Lei estabeleceu de certa forma o apoio ao desenvolvimento local, na medida que recomenda a priorização de compras de alimentos produzidos localmente pela agricultura familiar. No estudo é feito um diagnóstico situacional do PNAE em municípios da Região Sul de Minas Gerais, onde 51 cidades foram selecionadas. Fica claro que uma das intenções do trabalho é possibilitar que os dados e análises apresentados contribuam para o aperfeiçoamento das ações dos órgãos executores deste vasto e importante programa.

Boa leitura a todos.

Ivan Sergio Freire de Sousa
Editor